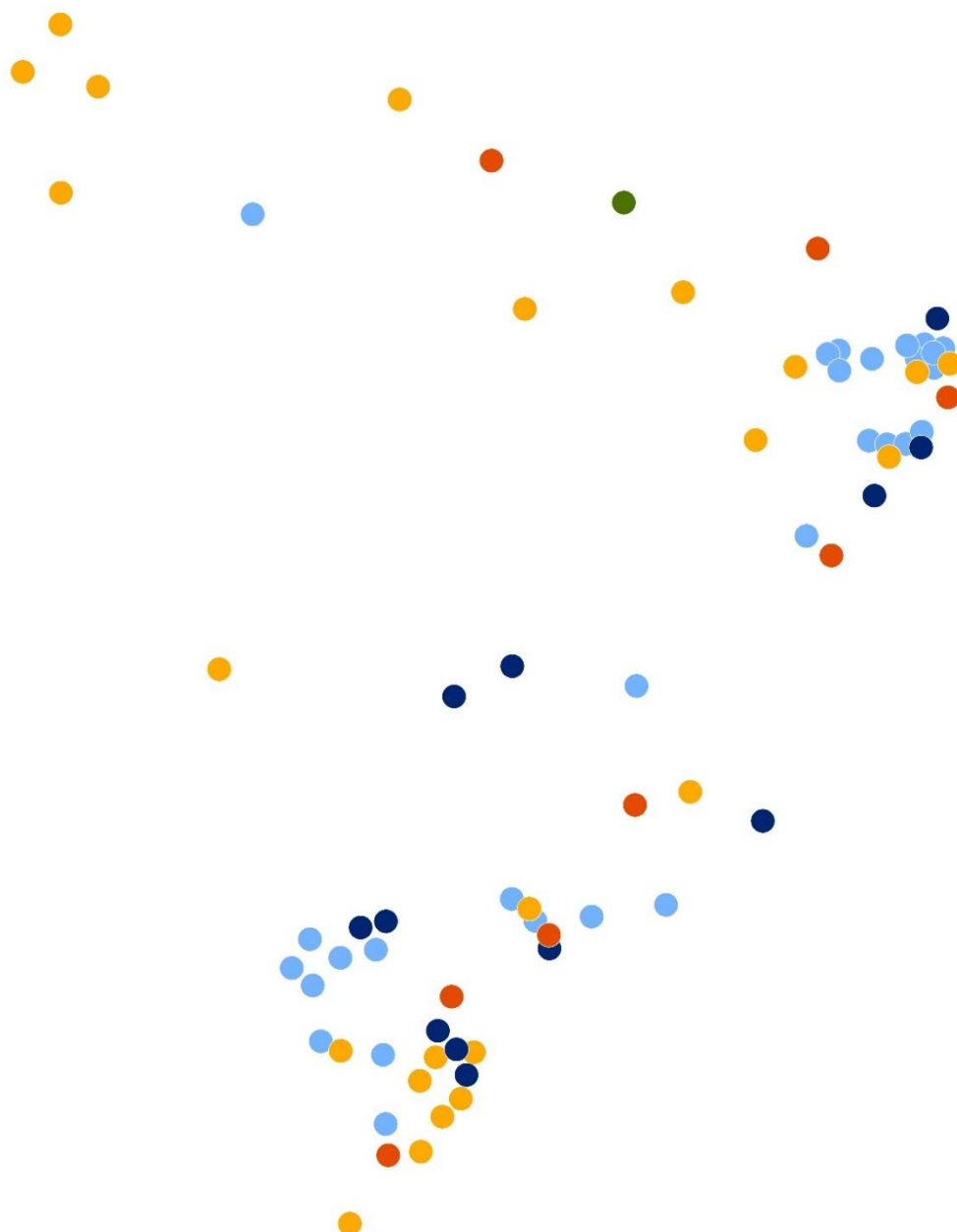


# Unidades Territoriais Urbanas no Brasil

Regiões Metropolitanas,  
Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico  
e  
Aglomerações Urbanas em 2015



**Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles**

**Coordenação Nacional:** Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

**Dr. Juciano Martins Rodrigues**

Responsável pela elaboração

**Contato Observatório das Metrópoles**

[comunicacao@observatoriodasmetropoles.net](mailto:comunicacao@observatoriodasmetropoles.net)



[@obsdasmetropoles](https://twitter.com/obsdasmetropoles)

Agradecemos especialmente as seguintes pessoas pelas valiosas contribuições a este documento: Rosa Moura, Claudia Siebert, Paulo Roberto Soares, Felipe Francisco de Souza, Nathan de Oliveira e Orlando Alves dos Santos Junior.

[www.observatoriodasmetropoles.net](http://www.observatoriodasmetropoles.net)

---

## **Resumo Executivo**

As primeiras regiões metropolitanas no Brasil foram criadas em 1973. A partir da Constituição Federal de 1988, o poder de criação e organização foi transferido do governo federal para os estados. Desde então, mas sobretudo após os anos 2000, o quadro oficial das unidades territoriais urbanas vem sofrendo alterações, tanto na composição interna das RM's com a inclusão e exclusão de municípios, quanto na criação de novas RM's e surgimento de unidades territoriais com novas denominações: as Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE's) e Aglomerações Urbanas (AU's).

O objetivo deste documento é apresentar o resultado de um levantamento do que compõem hoje o universo oficial de unidades territoriais urbanas, ou seja, aquelas cuja existência está definida por lei federal ou estadual até 27 de março de 2015. Este acompanhamento, por sua vez, tem como principal objetivo manter atualizado o universo metropolitano oficial de tal modo que possa ser um suporte para estudos e pesquisas e, ao mesmo tempo, para a formulação de políticas públicas. Entendemos que mapear essas unidades é um dos principais passos – se não o primeiro – para entender qual o seu papel no sistema federativo brasileiro, nas relações intergovernamentais e, mais do que isso, na possibilidade de se construir instâncias efetivas para a governança metropolitana no país.

O Brasil conta atualmente com 71 regiões metropolitanas (RM's), 3 regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE's) e 4 aglomerações urbanas (AU's), totalizando 78 unidades territoriais urbanas institucionalizadas, que, por sua vez, estão compostas por 1308 municípios.

---

Obedecendo ao que previa a Constituição de 1967, as primeiras regiões metropolitanas no Brasil foram criadas em 1973, através da Lei Complementar nº 14. Nessa época foram criadas as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Curitiba e Porto Alegre. Em 1974, com a fusão e extinção do estado da Guanabara, foi criada a região metropolitana do Rio de Janeiro.

A partir 1988 a responsabilidade pela criação e organização das regiões metropolitanas foi transferida do governo federal para os estados, de acordo com o § 3º do Artigo 25 da Constituição. Desde então, mas, sobretudo após os anos 2000, o quadro oficial das unidades territoriais urbanas vem sofrendo alterações, tanto na composição interna das RM's com a inclusão e exclusão de municípios, quanto na criação de novas RM's e surgimento de unidades territoriais com novas denominações: as Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE's) e Aglomerações Urbanas (AU's).

Por conta dessa dinâmica há uma evidente necessidade de se acompanhar a institucionalização<sup>1</sup> dessas unidades, contribuindo com o monitoramento periódico do quadro oficial existente no Brasil.

Nesse sentido, o objetivo deste documento é apresentar o resultado do levantamento do que compõem hoje o universo oficial de unidades territoriais urbanas, ou seja, aquelas cuja existência está definida por lei federal ou estadual até 27 de março de 2015. Este acompanhamento, por sua vez, tem como principal objetivo manter atualizado o universo metropolitano oficial de tal modo que possa ser um suporte para estudos e pesquisas e, ao mesmo tempo, para a formulação de políticas públicas. Entendemos que mapear essas unidades é um dos principais passos – se não o primeiro – para entender qual o seu papel no sistema federativo brasileiro, nas relações intergovernamentais e, mais do que isso, na possibilidade de se construir instâncias efetivas para a governança metropolitana no país.

O levantamento foi realizado a partir da coleta de informações em órgãos como os Ministérios da Integração e das Cidades, o Governo Federal, as Assembleias Legislativas e os Governos Estaduais. A ferramenta principal foi a consulta às legislações existentes considerando a data limite deste levantamento. Nossos pontos de partida foram as listagens fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

---

<sup>1</sup> Entende-se por institucionalização o processo de criação dessas regiões, sejam elas RIDE's, RM's ou AU's através de leis federais ou estaduais.

Estatística (IBGE), Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia (informações de 31/07/2011), a lista das unidades territoriais disponibilizada no website do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM) e uma relação fornecida pelo Ministério das Cidades (informações de Janeiro de 2015). As duas primeiras serviram como referência para o levantamento da mesma natureza que realizamos em 2012 e que forneceu a base para o estudo Nível de Integração Metropolitana (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

O documento também traz uma breve caracterização das unidades territoriais urbanas a partir de dados populacionais.

## II. Unidades Territoriais Urbanas até 27 de março de 2015

Conforme este levantamento, o Brasil conta atualmente com 71 regiões metropolitanas (RM's), três regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE's) e quatro aglomerações urbanas (AU's), totalizando 78 unidades territoriais urbanas institucionalizadas. Por sua vez, essas unidades estão compostas por 1308 municípios, sendo que desses, a grande maioria - ou 1.209 municípios - compõem RM's distribuídas por 24 unidades da federação nas cinco grandes regiões do país<sup>2</sup>.

As quatro RIDE's comportam ao todo 45 municípios de diferentes unidades de federação. Na RIDE do Distrito Federal, além do próprio DF, fazem parte municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais. A RIDE Teresina/Timon inclui municípios do Piauí e Maranhão e a RIDE Petrolina/Juazeiro municípios de Pernambuco e Bahia. Nas Aglomerações Urbanas - presentes apenas nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul – estão 54 municípios. O número total de municípios que fazem parte dos três tipos de unidades territoriais urbanas (os 1.308) representa 23,5% de todos os municípios do Brasil, que no conjunto somam 5.570.

---

<sup>2</sup> Algumas dessas RM's contam com subdivisões estabelecidas em suas leis de criação. Nas duas RM's de Minas Gerais (Belo Horizonte e Vale do Aço) existe a figura do Colar Metropolitano (CM). Em outras regiões aparece o que foi denominado de Áreas de Expansão Metropolitana (AEM) definidos em lei. Essa subdivisão existe nas RM's Alto Vale do Itajaí, Carbonífera, Chapecó, Extremo Oeste, Norte/Nordeste Catarinense, Florianópolis, Foz do Rio Itajaí, Lages, Vale do Rio Itajaí e Tubarão, todas em Santa Catarina e na Região Metropolitana de Feira de Santana na Bahia. Na RM do Vale do Rio Cuiabá aparece a figura do Entorno Metropolitano. No cômputo da população e da quantidade de municípios essas subdivisões foram consideradas.

O Quadro 1 apresenta a listagem de todas essas unidades distribuídas pelas cinco grandes regiões do país. Como é possível observar, na Região Norte estão nove unidades, todas elas regiões metropolitanas. A Região Nordeste, conforme mostra nosso levantamento, comporta hoje o maior número de RM's, que ao todo somam 32. A Região Sudeste, onde está grande parte da população urbana do país, tem 11 unidades territoriais urbanas, sendo que duas delas são AU's. Na Região Sul, o número de unidades chega a 23, incluindo duas AU's do estado do Rio Grande do Sul. Na Região Centro-Oeste está três unidades, entre elas a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (RIDE-DF), que inclui, além do Distrito Federal, municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais. Embora este último pertença à região Sudeste, para efeito de contagem optamos por manter essa RIDE na região Centro-Oeste, considerando que o núcleo da unidade e a maioria dos municípios pertencem a essa região.

Quadro 1: Unidades Urbanas Institucionalizadas - 2015				
Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Belém (PA)	Agreste (AL)	AU de Jundiaí (SP)	Alto Vale do Itajaí (SC)	Goiânia (GO)
Capital (RR)	Aracaju (SE)	AU de Piracicaba	Apucarana (PR)	RIDE DF*
Central (RR)	Araruna (PB)	Baixada Santista (SP)	AU do Litoral Norte (RS)	Vale do Rio Cuiabá (MT)
Gurupi (TO)	Barra de Santa Rosa (PB)	Belo Horizonte (MG)	AU do Sul (RS)	
Macapá (AP)	Caetés (AL)	Campinas (SP)	Campo Mourão (PR)	
Manaus (AM)	Cajazeiras (PB)	Grande Vitória (ES)	Carbonífera (SC)	
Palmas (TO)	Campina Grande (PB)	Rio de Janeiro (RJ)	Cascavel (PR)	
Santarém (PA)	Cariri (CE)	São Paulo (SP)	Chapecó (SC)	
Sul do Estado (RR)	Esperança (PB)	Sorocaba (SP)	Contestado (SC)	
	Feira de Santana (BA)	Vale do Aço (MG)	Curitiba (PR)	
	Fortaleza (CE)	V. do Paraíba e Litoral Norte (SP)	Extremo Oeste (SC)	
	Grande São Luís (MA)		Florianópolis (SC)	
	Guarabira (PB)		Foz do Rio Itajaí (SC)	
	Itabaiana (PB)		Lages (SC)	
	João Pessoa (PB)		Londrina (PR)	
	Maceió (AL)		Maringá (PR)	
	Médio Sertão (AL)		Norte/Nord Catarinense (SC)	
	Natal (RN)		Porto Alegre (RS)	
	Palmeira dos Índios (AL)		Serra Gaúcha (RS)	
	Patos (PB)		Toledo (PR)	
	Recife (PE)		Tubarão (SC)	
	Ride Petrolina/Juazeiro		Umuarama (PR)	
	Ride Teresina/Timon		Vale do Itajaí (SC)	
	Salvador (BA)			
	São Francisco (AL)			
	Sertão (AL)			
	Sousa (PB)			
	Sudoeste Maranhense (MA)			
	Vale do Mamanguape (PB)			
	Vale do Paraíba (AL)			
	Vale do Piancó (PB)			
	Zona da Mata (AL)			
9	32	11	23	3
78				
* A RIDE DF conta com dois municípios do estado de Minas Gerais, portando da região Sudeste. Para efeito de contagem optamos por manter essa RIDE na região Centro-Oeste, visto que o núcleo metropolitano e a maioria dos municípios pertencem a essa região				

Todas as unidades institucionalizadas até 27 de março de 2015 estão representadas na figura 1. A Figura 2 traz a localização dessas mesmas unidades e o ano em que foram institucionalizadas, agrupados por década.

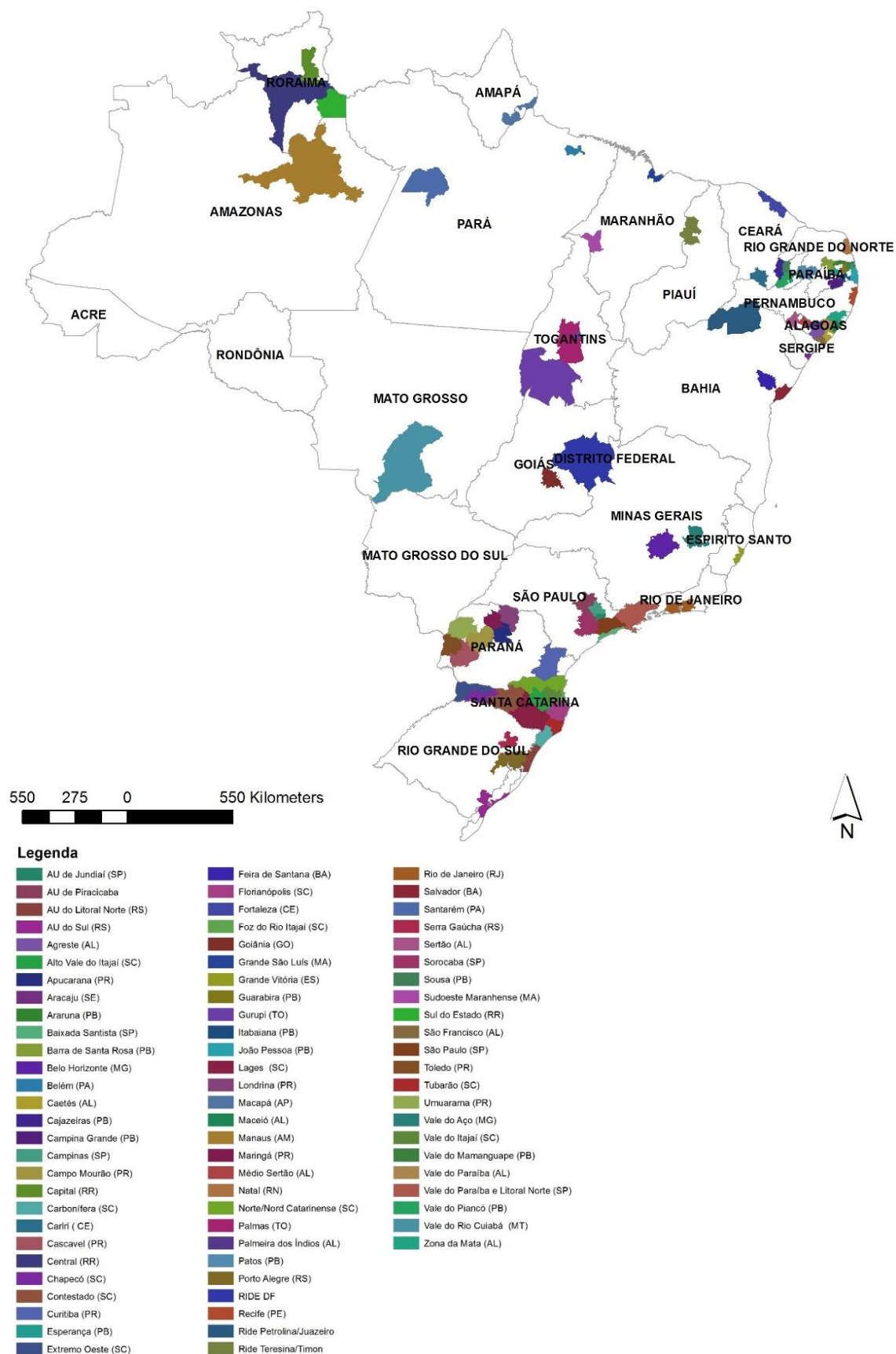


Figura 1. Unidades Territoriais Urbanas (RM's, RIDE's e AU's) - 2015

Fonte: Elaboração própria

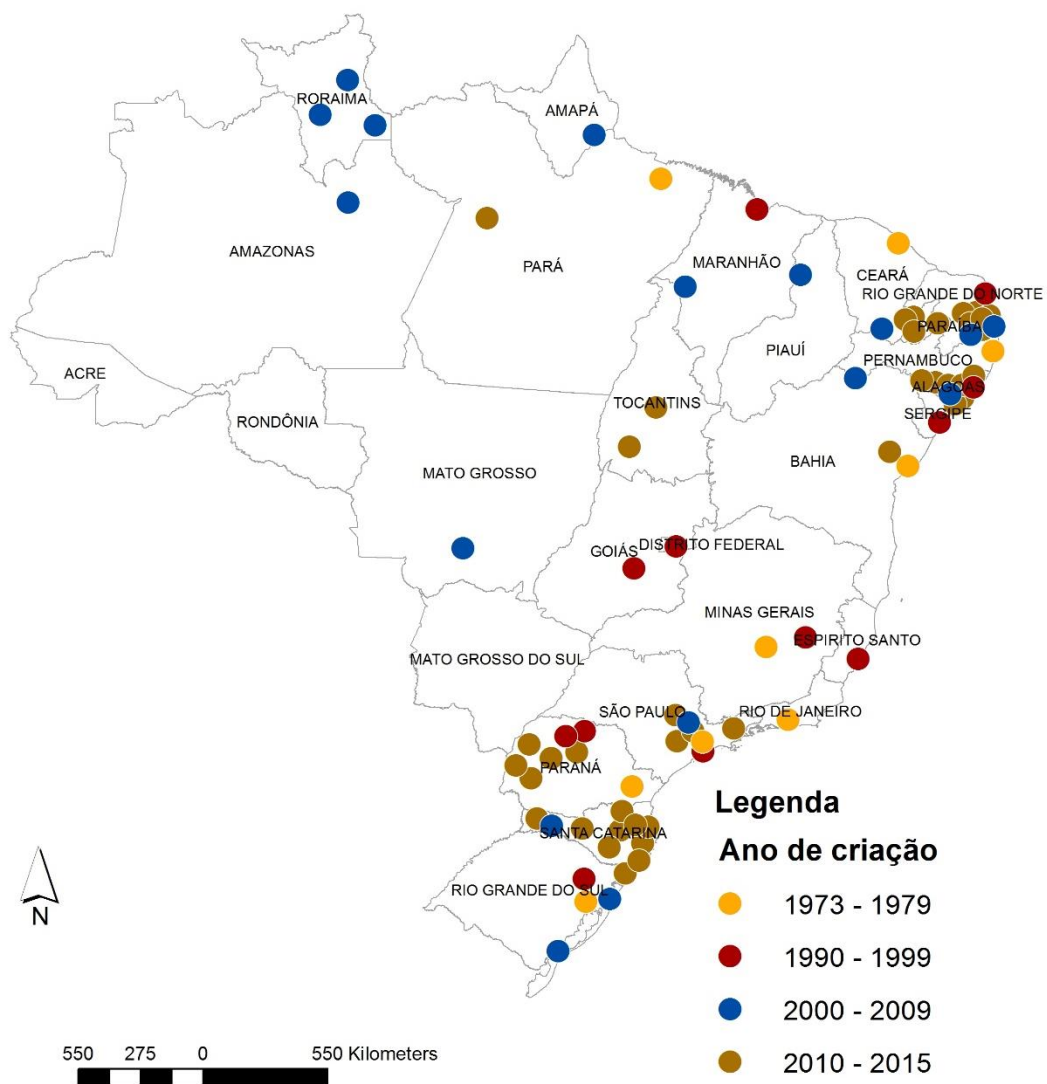


Figura 2. Unidades Territoriais Urbanas (RM's, RIDE's e AU's) segundo o ano de criação - 2015

Fonte: Elaboração própria



### III. Características gerais das Unidades Territoriais Urbanas

#### População

A população dos 1.308 municípios das unidades territoriais urbanas, segundo estimativas do IBGE para 2014, atingiu a marca de 112,1 milhões de pessoas, o que corresponde a mais da metade da população do País. Ao mesmo tempo, este conjunto de unidades oficiais comporta realidades demográficas bastantes distintas. As características populacionais básicas evidenciam, inclusive, os enormes contrastes existentes entre as 78 existentes atualmente no Brasil. Em primeiro lugar, esse expressivo contingente populacional se distribui de maneira bastante desigual entre elas e também entre os municípios que as compõem. São Paulo a maior RM (com 39 municípios) tem mais de 19 milhões de habitantes e é 883 vezes maior do que a menor, a região metropolitana do Sul do Estado, em Roraima, que tem população de pouco mais de 23 mil habitantes. Estamos tratando, portanto de um quadro institucional bastante diverso.

A população de cada RM pode ser observada na tabela abaixo, que inclui também o número de municípios que compõem cada uma delas.

**População das Unidades Territoriais Urbanas e número de municípios (RM's, RIDE's e AU's) – 2015**  
(continua)

Unidades Territoriais Urbanas	População	Nº de municípios*
Agreste (AL)	508.073	15
Alto Vale do Itajaí (SC) <sup>2</sup>	285.075	28
Apucarana (PR)	300.826	23
Aracaju (SE)	912.647	4
Araruna (PB)	66.925	6
AU de Jundiá (SP)	761.524	7
AU de Piracicaba	1.400.113	22
AU do Litoral Norte (RS)	307.366	20
AU do Sul (RS)	604.134	5
Baixada Santista (SP)	1.781.620	9
Barra de Santa Rosa (PB)	80.397	8
Belém (PA)	2.381.661	7
Belo Horizonte (MG) <sup>1</sup>	5.783.773	50
Caetés (AL)	222.511	5
Cajazeiras (PB)	174.671	15
Campina Grande (PB)	227.865	18

(continua)

Unidades Territoriais Urbanas	População	Nº de municípios*
Campinas (SP)	3.055.996	20
Campo Mourão (PR)	340.863	25
Capital (RR)	330.674	2
Carbonífera (SC) <sup>2</sup>	586.443	26
Cariri (CE)	590.209	9
Cascavel (PR)	509.101	23
Central (RR)	30.024	2
Chapecó (SC) <sup>2</sup>	461.966	32
Contestado (SC) <sup>2</sup>	521.711	45
Curitiba (PR)	3.466.981	29
Esperança (PB)	139.576	9
Extremo Oeste (SC) <sup>2</sup>	338.124	49
Feira de Santana (BA) <sup>2</sup>	921.618	16
Florianópolis (SC) <sup>2</sup>	1.111.702	22
Fortaleza (CE)	3.949.974	19
Foz do Rio Itajaí (SC) <sup>2</sup>	608.177	9
Goiânia (GO)	2.384.560	20
Grande São Luís (MA)	1.403.111	5
Grande Vitória (ES)	1.884.096	7
Guarabira (PB)	188.060	17
Gurupi (TO)	194.751	19
Itabaiana (PB)	110.874	11
João Pessoa (PB)	1.238.914	12
Lages (SC) <sup>2</sup>	356.770	23
Londrina (PR)	1.067.214	25
Macapá (AP)	557.322	2
Maceió (AL)	1.246.421	11
Manaus (AM)	2.360.491	8
Maringá (PR)	773.835	26
Médio Sertão (AL)	150.638	9
Natal (RN)	1.485.505	11
Norte/Nord Catarinense (SC) <sup>2</sup>	1.324.173	26
Palmas (TO)	442.176	15
Palmeira dos Índios (AL)	158.812	7
Patos (PB)	228.856	23
Porto Alegre (RS)	4.240.388	34
Recife (PE)	3.887.261	14
RIDE DF	4.124.972	23
Ride Petrolina/Juazeiro	752.433	8
Ride Teresina/Timon	1.189.260	14
Rio de Janeiro (RJ)	12.229.867	21
Salvador (BA)	3.919.864	13
Santarém (PA)	322.786	3

Unidades Territoriais Urbanas	População	Nº de municípios*
São Francisco (AL)	131.126	5
São Paulo (SP)	20.935.204	39
Serra Gaúcha (RS)	790.295	13
Sertão (AL)	160.800	7
Sorocaba (SP)	1.867.260	26
Sousa (PB)	116.093	9
Sudoeste Maranhense (MA)	351.653	8
Sul do Estado (RR)	23.707	3
Toledo (PR)	382.642	18
Tubarão (SC) <sup>2</sup>	376.300	19
Umuarama (PR)	312.537	24
Vale do Aço (MG) <sup>2</sup>	756.353	28
Vale do Itajaí (SC)	756.707	16
Vale do Mamanguape (PB)	119.049	9
Vale do Paraíba (AL)	210.751	13
Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP)	2.430.392	39
Vale do Piancó (PB)	143.144	17
Vale do Rio Cuiabá (MT) <sup>3</sup>	982.258	13
Zona da Mata (AL)	331.437	16
<b>Total Geral</b>	<b>112.163.438</b>	<b>1.308</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

<sup>1</sup> Inclui os municípios do Colar Metropolitano

<sup>2</sup> Inclui os municípios da Área de Expansão Metropolitana

<sup>3</sup> Inclui os municípios do Entorno Metropolitano

\* Dados de 2014

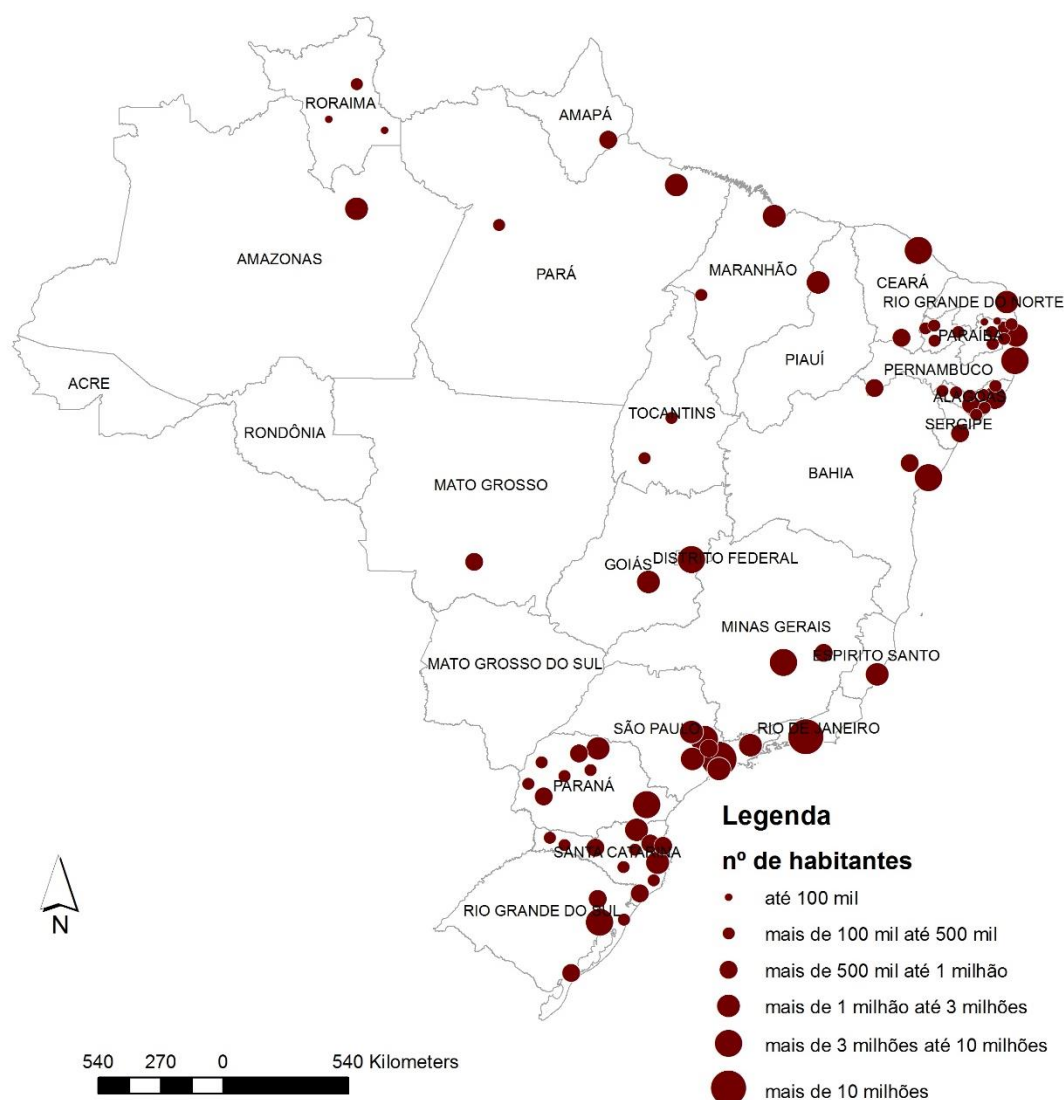


Figura 3. População das Unidades Territoriais Urbanas (RM's, RIDE's e AU's) - 2014

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2014)

Existem também expressivas diferenças de tamanho populacional entre os municípios que compõem as 78 unidades territoriais urbanas. A população varia entre os 1.239 habitantes de Miguel Leão, na RIDE Teresina/Timon e os mais de 11,8 milhões de habitantes do município de São Paulo. A tabela 2 traz o número de municípios por faixas de população e a quantidade de população em cada faixa. Chama a atenção, em primeiro lugar, que os 17 municípios com mais de 1 milhão de habitantes concentram 40% da população. Já nos municípios que estão na faixa entre 500 mil e 1 milhão de habitantes estão mais de 12,4 milhões de pessoas, o que representa em torno de 11,2% da população das unidades territoriais urbanas.

Observando essa tabela percebe-se também uma importante característica do quadro atual das unidades territoriais urbanas oficiais: a grande presença de municípios com baixa população. Dos 1.308 municípios, quase 60% deles possui população inferior a 20 mil habitantes. Esses, por sua vez, concentram menos de 6% da população. Comparando com o levantamento realizado em 2012, quando o Brasil tinha 59 unidades territoriais urbanas, percebe-se, justamente, um aumento no número de municípios de menor população. Essa informação indica um possível efeito da proliferação de unidades territoriais urbanas oficiais em áreas menos urbanizadas e de população mais rarefeita.

Tabela 2 - Unidades territoriais urbanas: População e número de municípios segundo a faixa de tamanho dos municípios - 2014				
Faixa de População	População	%	nº municípios	%
até 10 mil	2.683.262	2,4	511	39,1
mais de 10 mil até 20 mil	3.909.191	3,5	272	20,8
mais de 20 mil até 100 mil	15.333.324	13,7	341	26,1
mais de 100 mil até 500 mil	33.247.505	29,6	149	11,4
mais de 500 mil até 1 milhão	12.443.149	11,1	18	1,4
mais de 1 milhão	44.547.007	39,7	17	1,3
<b>Total 78 unidades urbanas</b>	<b>112.163.438</b>	<b>100,0</b>	<b>1308</b>	<b>100,0</b>
Fonte: Elaboração própria apartir das Estimativas de população 2014 - IBGE				

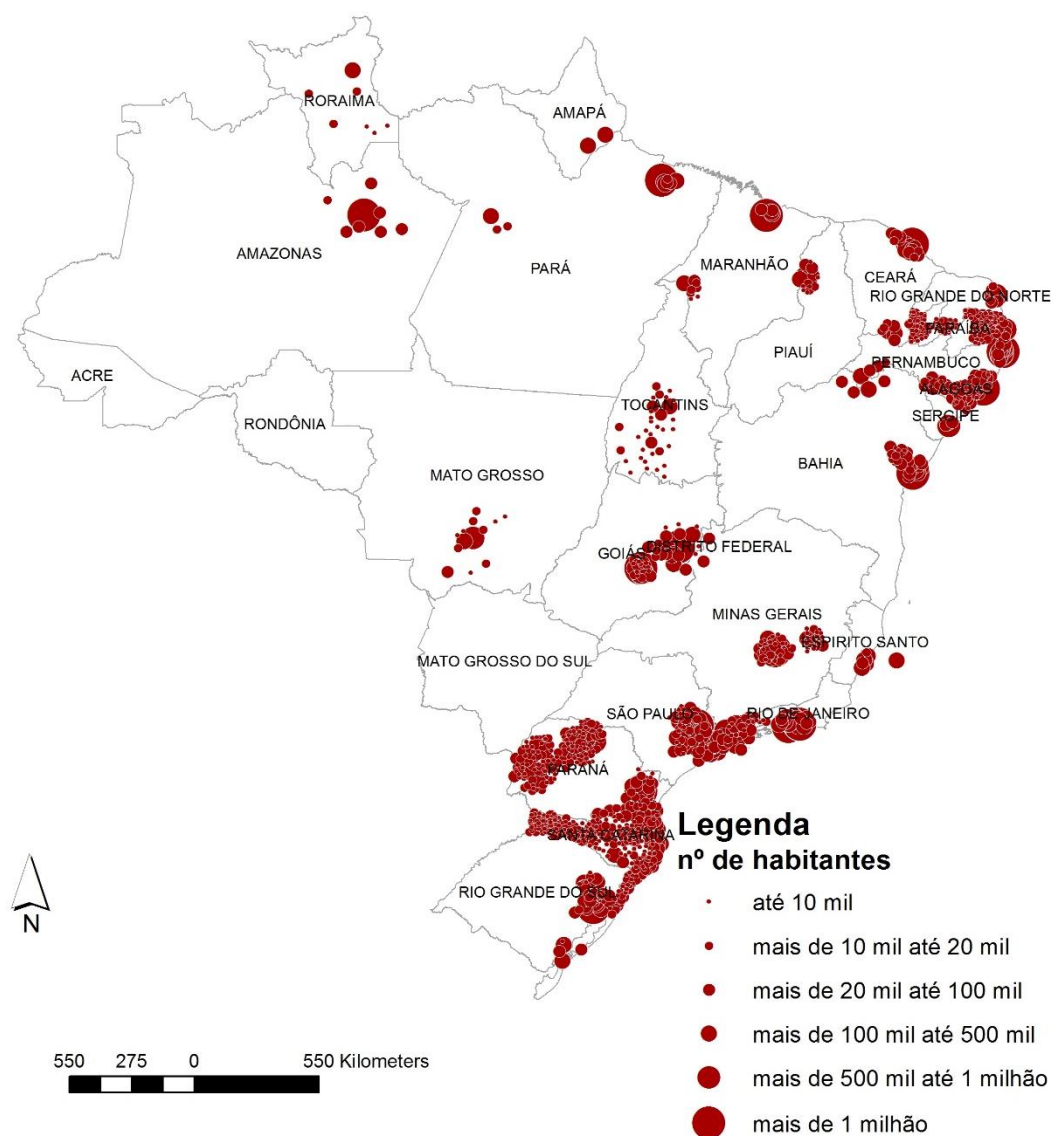


Figura 4. População dos municípios das Unidades Territoriais Urbanas (RM's, RIDE's e AU's) - 2014

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2014)

Outra característica importante e que deve ser destacada trata-se da participação da população metropolitana no total da população de cada região e de cada um dos seus respectivos estados. Algo que se deve muito mais à criação de novas unidades ou adição de municípios do que ao crescimento populacional em si. Como pode se perceber na tabela 3, no sudeste, que conta com a presença das três maiores RM's, aproximadamente 52,9 milhões de pessoas residem nos 271 municípios "metropolitanos". Esse montante corresponde a mais de 62% da população.

As regiões Norte e Nordeste (essa com o maior número de RM's) apresentam os menores percentuais de pessoas residentes em unidades territoriais urbanas. A primeira tem 38,5% e a segunda 45,1%. Em relação a essa última, é importante ressaltar que o número de municípios integrantes das unidades territoriais urbanas oficiais passou de 273 para 363 em comparação com o levantamento de 2012. Isso é resultado da institucionalização de nove novas regiões metropolitanas no período. No entanto, foi irrisória a alteração da participação da população dessas unidades no total da região, o que indica que as regiões metropolitanas criadas são compostas, em sua maioria, por municípios de menor população.

Se em 2012 as regiões Centro-Oeste e Sul apresentavam percentuais semelhantes, essa situação se altera, sobretudo, devido à criação de novas unidades territoriais urbanas nesta última. No momento do levantamento de 2012, 58,5% da população da região Sul residia nas unidades territoriais urbanas, agora, segundo o levantamento de 2015 esse percentual passou para 68,3%, tornando a região onde maior parcela da população reside em alguma unidade territorial urbana institucionalizada. Essa situação é um reflexo da criação de seis novas unidades entre 2012 e 2015, além da inclusão de municípios nas unidades já pré-existentes.

Tabela 3 - Unidades territoriais urbanas: População, número de municípios e participação no total da região - 2010 e 2014							
Região	nº de UTU'S		nº de municípios		População		População da região que reside em unidades territoriais urbanas <sup>1</sup>
	2012	2014	2012	2014	2010	2014	
Norte	7	9	25	61	6.038.060	6.643.592	38,5
Nordeste	22	32	273	363	23.442.938	25.318.528	45,1
Sudeste	10	11	239	271	49.383.449	52.999.483	62,3
Sul	17	23	355	560	18.336.804	19.823.330	68,3
Centro-Oeste	3	3	53	53	6.646.328	7.378.505	48,5
<b>Total Geral</b>	<b>59</b>	<b>78</b>	<b>945</b>	<b>1308</b>	<b>103.847.579</b>	<b>112.163.438</b>	<b>55,3</b>
Fonte: Censo demográfico 2010 e Estimativas de população municipal 2014 - IBGE							
<sup>1</sup> Dado de 2010							

Quanto à participação das unidades em seus respectivos estados, o maior percentual verifica-se no Rio de Janeiro onde, em 2014, 74,3% da população do estado residia na RM. Essa condição é bem parecida com Macapá (AP), onde população “metropolitana” também é primaz, com 74,2%. Por outro lado, verifica-se que unidades territoriais urbanas localizadas no interior dos estados e, em sua maioria menos populosas, apresentam situações opostas a essas, com participação praticamente irrisória no total da população estatual, a exemplos das RM's do estado da Paraíba: Araruna, Barra de Santa Rosa, Itabaiana e Sousa, todas com menos de 3%

de participação. São unidades territoriais urbanas que a população não atinge 200 mil habitantes.

Das 73 unidades, 18 apresentam participação entre 3% e 5%. Trata-se também de um percentual baixo, mas se diferencia do grupo anterior por apresentar unidades com população mais elevada, como a RM de Sorocaba, que tem população superior a 1,8 milhão de habitantes, mas participa com 4,2% no estado, Baixada Santista, que apresenta população superior a 1,7 milhão, mas tem participação de 4% e a AU de Piracicaba, que tem população de 1,4 milhão e participa com 3,2%. Obviamente essa peculiaridade se explica por toda estar em São Paulo, um estado com uma grande população e uma rede de cidades consolidada e, em certa medida, mais equilibrada.

**Participação da população de cada Unidade territorial urbana no total da  
população de seu respectivo estado – 2014**

(continua)

Unidades territoriais	População	%
Agreste (AL)	508.073	15,3
Alto Vale do Itajaí (SC)	285.075	4,2
Apucarana (PR)	300.826	2,7
Aracaju (SE)	912.647	41,1
Araruna (PB)	66.925	1,7
AU de Jundiá (SP)	761.524	1,7
AU de Piracicaba	1.400.113	3,2
AU do Litoral Norte (RS)	307.366	2,7
AU do Sul (RS)	604.134	5,4
Baixada Santista (SP)	1.781.620	4,0
Barra de Santa Rosa (PB)	80.397	2,0
Belém (PA)	2.381.661	29,4
Belo Horizonte (MG)	5.783.773	27,9
Caetés (AL)	222.511	6,7
Cajazeiras (PB)	174.671	4,4
Campina Grande (PB)	227.865	5,8
Campinas (SP)	3.055.996	6,9
Campo Mourão (PR)	340.863	3,1
Capital (RR)	330.674	66,5
Carbonífera (SC)	586.443	8,7
Cariri (CE)	590.209	6,7
Cascavel (PR)	509.101	4,6
Central (RR)	30.024	6,0
Chapecó (SC)	461.966	6,9
Contestado (SC)	521.711	7,8
Curitiba (PR)	3.466.981	31,3



(continua)

Unidades territoriais	População	%
Esperança (PB)	139.576	3,5
Extremo Oeste (SC)	338.124	5,0
Feira de Santana (BA)	921.618	6,1
Florianópolis (SC)	1.111.702	16,5
Fortaleza (CE)	3.949.974	44,7
Foz do Rio Itajaí (SC)	608.177	9,0
Goiânia (GO)	2.384.560	36,6
Grande São Luís (MA)	1.403.111	20,5
Grande Vitória (ES)	1.884.096	48,5
Guarabira (PB)	188.060	4,8
Gurupi (TO)	194.751	13,0
Itabaiana (PB)	110.874	2,8
João Pessoa (PB)	1.238.914	31,4
Lages (SC)	356.770	5,3
Londrina (PR)	1.067.214	9,6
Macapá (AP)	557.322	74,2
Maceió (AL)	1.246.421	37,5
Manaus (AM)	2.360.491	60,9
Maringá (PR)	773.835	7,0
Médio Sertão (AL)	150.638	4,5
Natal (RN)	1.485.505	43,6
Norte/Nord Catarinense (SC)	1.324.173	19,7
Palmas (TO)	442.176	29,5
Palmeira dos Índios (AL)	158.812	4,8
Patos (PB)	228.856	5,8
Porto Alegre (RS)	4.240.388	37,8
Recife (PE)	3.887.261	41,9
RIDE DF	4.124.972	-
Ride Petrolina/Juazeiro	752.433	-
Ride Teresina/Timon	1.189.260	-
Rio de Janeiro (RJ)	12.229.867	74,3
Salvador (BA)	3.919.864	25,9
Santarém (PA)	322.786	4,0
São Francisco (AL)	131.126	3,9
São Paulo (SP)	20.935.204	47,5
Serra Gaúcha (RS)	790.295	7,1
Sertão (AL)	160.800	4,8
Sorocaba (SP)	1.867.260	4,2
Sousa (PB)	116.093	2,9
Sudoeste Maranhense (MA)	351.653	5,1
Sul do Estado (RR)	23.707	4,8
Toledo (PR)	382.642	3,5
Tubarão (SC)	376.300	5,6

(continua)

Unidades territoriais	População	%
Umuarama (PR)	312.537	2,8
Vale do Aço (MG)	756.353	3,6
Vale do Itajaí (SC)	756.707	11,2
Vale do Mamanguape (PB)	119.049	3,0
Vale do Paraíba (AL)	210.751	6,3
Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP)	2.430.392	5,5
Vale do Piancó (PB)	143.144	3,6
Vale do Rio Cuiabá (MT)	982.258	30,5
<b>Zona da Mata (AL)</b>	<b>331.437</b>	<b>10,0</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

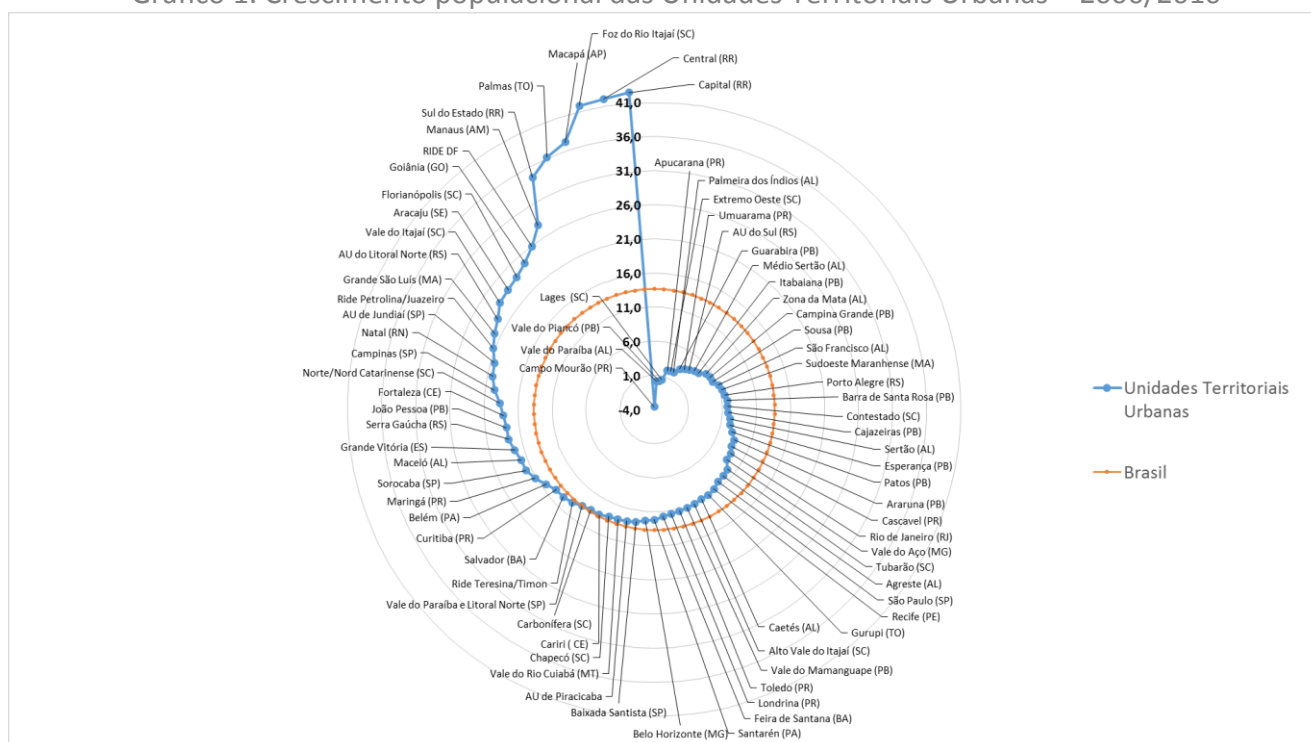
<sup>1</sup> Segundo as Estimativas Populacionais 2014 elaboradas pelo IBGE

### **Crescimento populacional (2000/2010)**

No último período intercensitário (2000-2010) a população do conjunto das unidades territoriais urbanas cresceu em torno de 13,7%. A maioria delas apresentou crescimento inferior a esse índice, como é possível observar no gráfico 1. O objetivo deste documento obviamente não é realizar uma análise profunda das mudanças demográficas nessas áreas. Nesse momento, o importante é destacar que estamos tratando de territórios com diferentes condições de ocupação e o crescimento populacional acaba sendo um reflexo das formas de ocupação do próprio território nacional ao longo do tempo.

O crescimento dessas áreas pode ser também o reflexo de seu dinamismo populacional e socioeconômico, tornando-se inclusive um indicador importante de ser analisado para sabermos em que medida essas unidades territoriais apresentam de fato processo de metropolização. A diferença entre as taxas de crescimento populacional das unidades territoriais urbanas pode ser percebida no gráfico abaixo.

Gráfico 1. Crescimento populacional das Unidades Territoriais Urbanas – 2000/2010



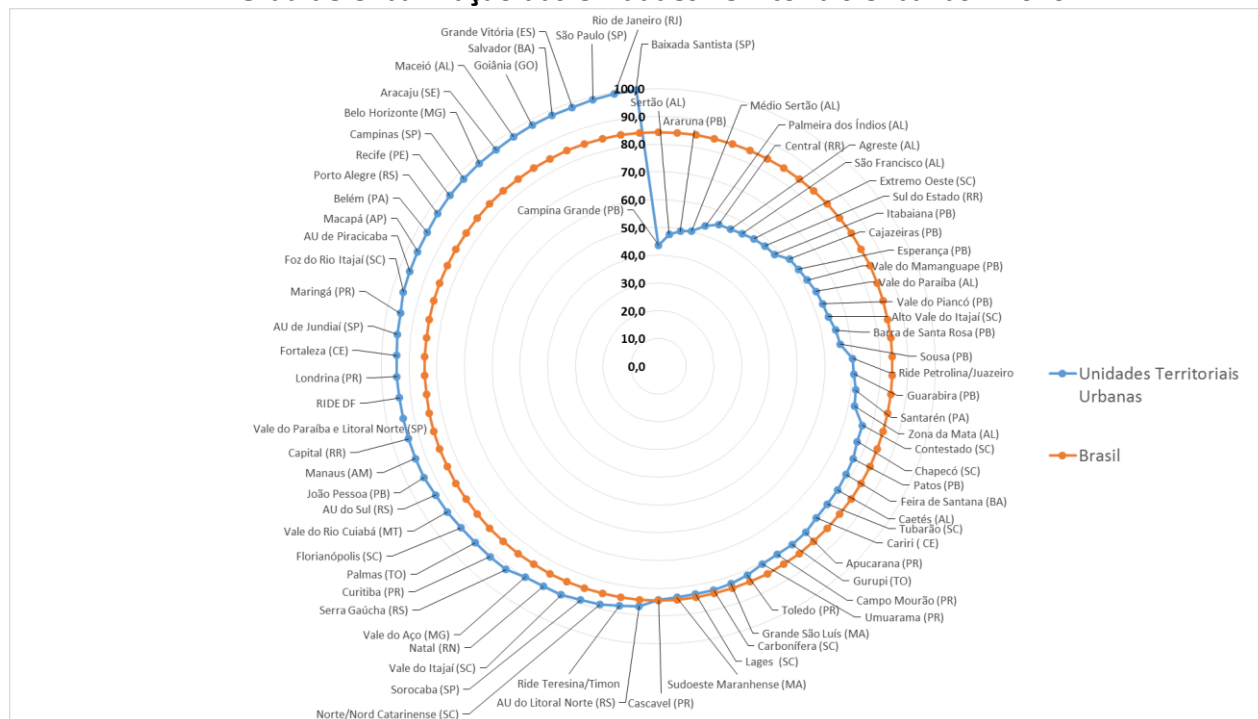
### Grau de urbanização

Ao corresponder à proporção de pessoas que reside em áreas urbanas nos municípios, o grau de urbanização oferece elementos para se conhecer melhor a realidade dos recortes territoriais que vêm sendo institucionalizados como unidades territoriais urbanas no país, bem como o tipo de município que está sendo incluído nelas.

Em certa medida, e com ressalvas conhecidas, o grau de urbanização pode ser considerado também um indicador da dimensão urbana. Se estamos falando em unidades territoriais criadas a partir de justificativas que essa dinâmica existe, a qualquer questionamento sobre a institucionalização dessas unidades deveria começar a partir desse indicador. Por isso é importante notar que em 20 das 73 unidades territoriais o grau de urbanização é menor do que o grau de urbanização dos demais municípios brasileiros, ou seja, aqueles que não participam de nenhuma unidade territorial urbana oficial. Somando-se a outras 16 unidades, o total de unidades cujo grau de urbanização é menor do que o do país como um todo é (84,4%) é de 36. O caso mais extremo é o da RM de Campina Grande (PB), cujo grau de urbanização é de 43,5%, quase a metade do Brasil.

A situação das unidades territoriais urbanas quanto a este indicador e a sua posição em relação ao país estão representadas no Gráfico 2.

**Grau de Urbanização das Unidades Territoriais Urbanas – 2010**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010

Uma breve análise do grau de urbanização também revela a diversidade dos municípios que fazem parte dessas unidades. Sobre esse aspecto é importante destacar o grande número de municípios com o que pode ser considerado um baixo grau de urbanização. Como se pode ver no gráfico 3, em 49 deles o grau de urbanização sequer chega a 25%, o que poderia caracterizá-los como territórios praticamente rurais. Outros 277 se enquadram no grupo de municípios onde mais da metade da população ainda reside em áreas rurais (grau de urbanização entre 25 % e 50%). Como é possível observar no gráfico a maior parte dos municípios estão em uma faixa intermediária que vai de 50% até 85% da população residente em áreas urbanas. Embora seja outro patamar do grau de urbanização, ainda está abaixo da média aproximada do país. Assim, somando-se essas três primeiras faixas, concluímos que mais da metade dos municípios do que hoje compõem as unidades territoriais urbanas no Brasil têm grau de urbanização inferior àquela registrada no país.

Gráfico 3. Municípios das Unidades Territoriais Urbanas segundo a faixa de grau de urbanização – 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010

### Percentual de ocupados em atividades não agrícolas

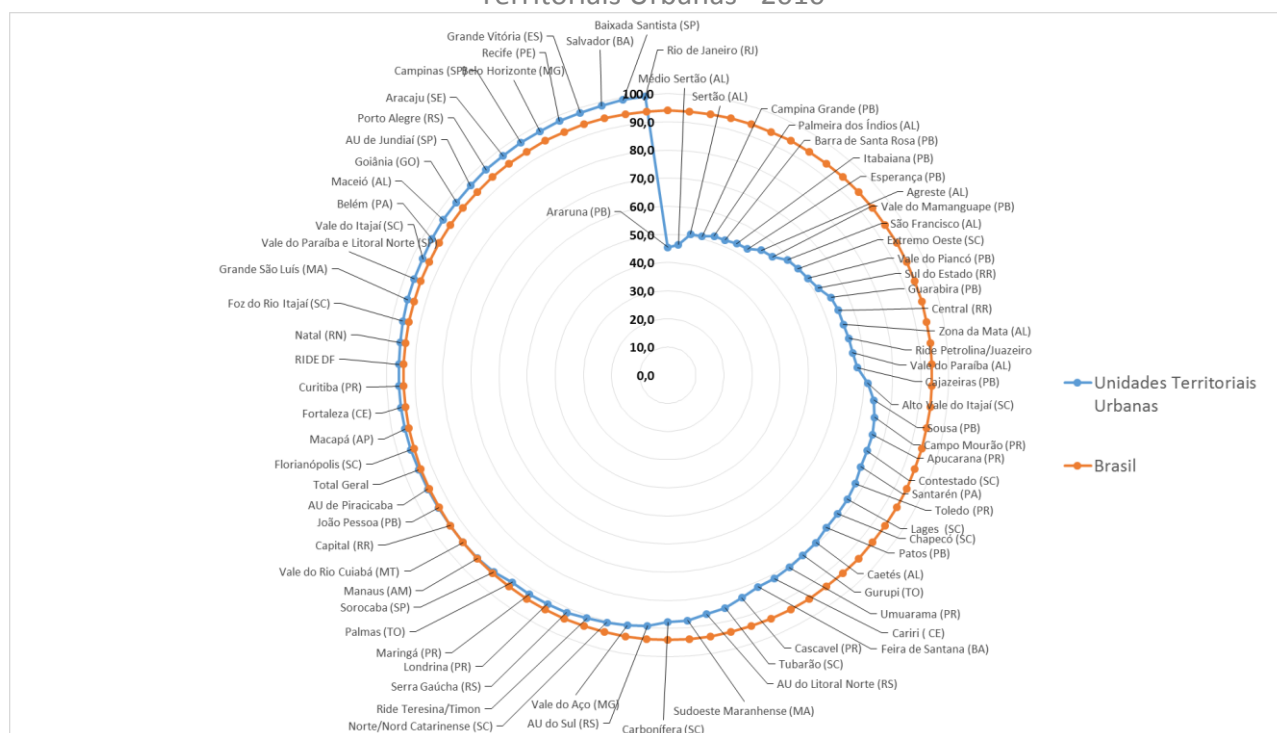
A participação de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas no total dos ocupados, em certa medida, pode ser considerada também uma dimensão da urbanização. Embora possua uma forte correlação como grau de urbanização, o percentual de trabalhadores em ocupações não agrícolas corrige muitos casos de municípios com defasagens de definição das áreas urbanas (especialmente municípios com baixos graus de urbanização por defasagem dos perímetros). Esse indicador compôs a análise que permitiu identificar os níveis de integração dos municípios à dinâmica metropolitana no Brasil realizada pelo Observatório das Metrópoles em 2012.

Obviamente este relatório não tem o objetivo de chegar a esse nível de análise. No entanto, ao procurar caracterizar as atuais unidades territoriais urbanas seguindo a mesma lógica, constatamos que das 78 unidades em 2015, 33 delas apresentam percentual de trabalhadores não agrícolas abaixo do percentual registrado para o país, que é algo em torno de 85,8%. A visão geral dessa distribuição pode ser observada no gráfico 4.

Neste caso, vale destacar que em duas dessas unidades territoriais urbanas o percentual sequer chega a 50%: Araruna (45,4%) e Médio Sertão (46,5%), ambas no

estado da Paraíba. No outro extremo estão as duas maiores RM's do país, São Paulo e Rio de Janeiro, onde mais de 99% dos trabalhadores estão ocupados em atividades não agrícolas. Embora seja necessária uma caracterização mais completa das unidades territoriais urbanas, esse indicador revela a amplitude do atual quadro oficial.

Gráfico 4. Percentual de trabalhadores em ocupações não-agrícolas nas Unidades Territoriais Urbanas –2010



## Observações Finais

Desde 1988, quando o poder de criar regiões metropolitanas passa para os Estados, a institucionalização dessas unidades vem sendo constantemente questionada. As imprecisões e inconsistências contidas na institucionalização de muitas RM's coloca em dúvida a capacidade de constituírem de fato as referências territoriais apropriadas para a construção das bases de uma efetiva governança metropolitana.

A partir do material coletado para este levantamento foi possível observar inúmeras imprecisões e contradições nas leis estaduais que instituem muitas das RM's. Dentro dos limites e da intenção inicial deste documento, elencamos abaixo algumas delas.

- *municípios estão em mais de uma RM*: situação que ocorre sobretudo no estado da Paraíba. O município de Mamanguape, por exemplo, faz parte de duas RM's.

Foi primeiramente incluído quando da institucionalização da Região Metropolitana de João Pessoa, através da Lei Complementar 59 de 30 de dezembro de 2003, mas, a partir de 21 de janeiro de 2013, passou a ter a sua própria região metropolitana, instituída através da Lei Complementar Estadual 116. Essa situação se repete em pelo menos mais sete casos; aparecem em duas RM's os seguintes municípios: Remígio (Campina Grande e Esperança), Riachão Bacamarte (Campina Grande e Itabaiana), Belém (Agreste e Palmeira dos Índios), Estrela de Alagoas (Agreste e Palmeira dos Índios), Igaci (Agreste e Palmeira dos Índios), Palmeira dos Índios (Agreste e Palmeira dos Índios) e Tanque d'Arca (Agreste e Vale do Paraíba).

- *municípios que titulam uma RM, mas que não Lei não estão listados como integrantes*: essa talvez seja a situação mais estranha e exponha, por um lado, despreparo e, por outro, descuido no momento de institucionalização de regiões metropolitanas no Brasil. Em pelo menos dois casos a lei que cria a região lista os municípios integrantes, mas não inclui o município que - supõe-se pelo nome - deveria ser o município sede. É o caso da Região Metropolitana de Itabaiana instituída pela Lei Complementar 118 de 21 de Janeiro de 2013 e que no Art. 1º diz: "Fica instituída a Região Metropolitana de Itabaiana, integrada pelos municípios de Juarez Távora, Juripiranga, Gurinhém, Salgado de São Félix, Mogeiro, São José dos Ramos, São Miguel, de Taipu, Pila, Caldas Brandão, Ingá e Riachão do Bacamarte. A mesma situação acontece na Região Metropolitana de Campina Grande, onde o município mais importante da região geográfica e que dá nome à unidade não aparece listada nos municípios integrantes na Lei Complementar Estadual 92 de 11 de dezembro de 2009.

- *unidade que sobrepõem outra*: a Lei Complementar 10.335, de 28 de dezembro de 1994 criou a Aglomeração Urbana do Nordeste, no Rio Grande do Sul. Sem revoga-la, foi criada em 2013, através da Lei Complementar 14.293, a Região Metropolitana da Serra Gaúcha que inclui os municípios da AU do Nordeste. Essa última, confusa e oficialmente continua existindo, criando uma situação que, claramente, pode gerar insegurança jurídica no tratamento da questão urbana-regional. Para evitar uma dupla contagem, optamos, em todos os casos, considerar a lei mais recente.

---